

Denúncia surgiu em 1991

Em 1991, foi firmado um convênio entre a União (pelo extinto Inamps) e o Governo do Distrito Federal para custear a construção de um hospital de 150 leitos no Paranoá. Na época, o governador era Joaquim Roriz e a Secretaria de Saúde estava nas mãos do deputado Jofran Frejat (PPB-DF)

A obra foi iniciada em junho de 1991 pela empreiteira Mendes Carlos e interrompida entre agosto e dezembro do mesmo ano. Em 2 de outubro de 1992, dois dias depois da queda do presidente Fernando Collor, a obra foi parada de uma vez por todas. Apenas 15,4 % do projeto foram executados, que custaram o equivalente a R\$ 6,79 milhões.

A interrupção foi motivada por denúncias de superfaturamento levantadas no Congresso Nacional. Ainda em 1991, o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) apontou diversas irregularidades ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público questionando a lisura da licitação.

Em 1992, o TCU arquivou a denúncia de Carvalho, mas o Inamps prosseguiu fazendo auditorias a respeito da obra. Esse trabalho acabou reabrindo a investigação no TCU e embasou o despacho expedido ontem pelo procurador Luiz Francisco de Souza, da Procuradoria da Repú-

blica no Distrito Federal.

A construção também esteve na mira da CPI do Orçamento e, no ano passado, entrou para a lista de projetos relacionados pela Comissão Temporária das Obras Inacabadas, no Congresso. As obras incluídas nessa lista receberam prioridade no Orçamento da União de 1996.

O Hospital do Paranoá está entre as obras relacionadas no Orçamento Participativo para o ano de 1996, mas as pendências em torno do processo licitatório retardaram até o momento a retomada da construção. O GDF já havia liberado R\$ 4 milhões para a obra, e a União, outros R\$ 4 milhões.

Segundo um dos conselheiros do Orçamento Participativo no Paranoá, Francisco de Figueiredo, os R\$ 8 milhões concluiriam metade da obra. Mas, ao decidir por nova licitação, o governo poderá rever todos os valores relacionados com o projeto.